



ATA

Aos dezassete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Universidade do Minho, sob a Presidência de José João Torrinha Martins Bastos, secretariado por Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo e Cristina Patrícia Lemos Fernandes, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão extraordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos. -----

INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO-----

1 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS - ENCARGO EM 2024 - COMPROMISSO PLURIANUAL. -----

2 - ATUALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO PREÇO CONTRATUAL - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES COM DURAÇÃO PLURIANUAL - EUREST PORTUGAL SOCIEDADE EUROPEIA DE RESTAURANTES, LDA.-----

3 - AQUISIÇÃO DE BENS – VEÍCULOS ELÉTRICOS (CP 11-23) - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS/COMPROMISSOS PLURIANUAIS.-----

PATRIMÓNIO -----

4 - COMODATO - MOINHOS DO VAQUEIRO - FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR. -----

CULTURA-----

5 – SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO IMPACTA - INVESTIMENTO MUNICIPAL EM PROJETOS E ATIVIDADES CULTURAIS, TERRITORIAIS E ARTÍSTICAS - ATIVIDADES A REALIZAR NO 2º SEMESTRE DE 2023 - ACEITAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE SUBSÍDIO ATRIBUÍDO À FREGUESIA DE POLVOREIRA.-----

6 – FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO 2023 - CORREÇÃO. -----

CONTRATOS PROGRAMA-----

- 7 – SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS FLEXÍVEL – VITRUS AMBIENTE, EM, SA.-----**
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS -----
- 8 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - DISPONIBILIZAÇÃO DA PLATAFORMA DE GESTÃO ESCOLAR INTEGRADA (CP 12-23) - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS/COMPROMISSOS PLURIANUAIS.-----**
HABITAÇÃO -----
- 9 – OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS NO ÂMBITO DO INVESTIMENTO RE-C02-I01 – PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO – AVISO DE PUBLICITAÇÃO Nº 01/C02-I01/2021 – COMPONENTE 02 – HABITAÇÃO – DECISÃO DE INTENÇÃO DE CONTRATAR. -----**
DESPORTO-----
- 10 - PEVIDÉM SPORT CLUBE - ÉPOCA DESPORTIVA 2022/2023 - OBRAS DE RAIZ - AMPLIAÇÃO DO OBJETO DO APOIO.-----**
RECURSOS HUMANOS-----
- 11 – RECRUTAMENTO PARA CARGO DIRIGENTE – DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – DESIGNAÇÃO DE JÚRI E AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO – ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DE JÚRIS.-----**
URBANISMO -----
- 12 – CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO PARA INSTRUÇÃO NA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN) - PARQUE DE CAMPISMO – QUINTA DO OVELHEIRO – FREGUESIA DE S. TORCATO.-----**
FREGUESIAS-----
- 13 – JUNTA DE FREGUESIA DE INFANTAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - RATIFICAÇÃO. -----**
- 14 – FREGUESIA DE CALDELAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - RATIFICAÇÃO.**
- 15 - FREGUESIA DE GUARDIZELA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO.-----**



16 – ILUMINAÇÕES DE NATAL NAS VILAS EM 2023 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS. -----

17 – FREGUESIA DE PONTE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA PAGAMENTO DE CONSUMOS DE ÁGUA DO PARQUE INCLUSIVO (ZONA INDUSTRIAL DE PONTE).-----

18 - FREGUESIA DE GUARDIZELA - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 17 DE ABRIL DE 2023.-----

19 - FREGUESIA DE LONGOS - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 17 DE ABRIL DE 2023.-----

20 - FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA E SANDE SÃO CLEMENTE - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 17 DE ABRIL DE 2023.-----

21 - FREGUESIA DE SERZEDO E CALVOS - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 17 DE ABRIL DE 2023.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

22 – APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----

Pelas vinte e uma horas e vinte minutos foi declarada ABERTA A SESSÃO. --

Estiveram presentes os seguintes membros: Eleitos diretos: **(PS)** - José João Torrinha Martins Bastos, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Maria da Conceição da Cunha e Castro, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Jorge Manuel Costa Nunes, Elsa Cristina Silva Ribeiro, Augusto Rafael Capela Duarte, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Maria Joaquina Oliveira Antunes, Elvira Matos Silva Fertuzinhos, Pedro Manuel da Silva Mendes, Márcio Rafael da Silva Ferreira, Francisco da Costa e Silva, José de Castro Dias, Maria José Teixeira Martins, Francisco José Mendes Pereira, Dionísio Cardoso Ribeiro, Eugénia da Conceição Pereira da Silva, Diana Catarina Oliveira da Silva e Anabela

Cardoso Castro; **(PSD)** – Ana Paula Cardoso Lemos Damião, César Nuno da Costa Teixeira, André Faria Ferreira, Carlos Jorge Caneja Amorim, Tiago Vieira Laranjeiro, Manuel José Araújo Ribeiro, Margarida Pinheiro Pereira, Rui Armindo da Costa Freitas, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, Isabel Filipe Gonçalves Gomes de Sousa e Carlos Vítor da Cunha Gonçalves; **(CDS-PP)** - Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria e Paulo Miguel Lima Peixoto; **(CDU)** - José Manuel Torcato Ribeiro, Inês Alves Rodrigues e Nuno Ricardo Teixeira de Carvalho; **(CH)** - André Filipe Mendes de Castro Almeida; **(BE)** – Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro; **(IL)** – Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos. -----

Inerência do cargo de Presidente de Junta: Martinho Eurico Martins Fernandes – PSD, José de Castro Antunes – PS, José Luís Oliveira Pereira – PS, Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, António Augusto da Silva Mendes (em representação do Presidente da Junta de Caldelas) – PS, Ricardo Manuel Mendes Vieira (em representação do Presidente da Junta de Freguesia da Costa) – CDS-PP, António Martins Gonçalves – PSD, António Gonçalves Vilela – PS, Augusto César Fernandes Guimarães – PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Paulo Manuel Ferreira da Silva – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Manuel da Costa Teixeira – PS, António Gonçalves Fernandes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Mesão Frio) – PS; António Brás Mendes Pereira – PS; Joaquim Jorge da Mota Pereira – PS, João Manuel Gonçalves Miranda – PS; Domingos Vaz Peixoto – PS, Maria Manuela Magalhães Ferreira da Costa e Silva (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Polvoreira) – PS, Serafim Lopes Fernandes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte) – PS, Manuel de Jesus Freitas Cardoso (em representação da Presidente da Junta de Freguesia de Prazins Santa Eufémia) – PSD, Samuel Armando Oliveira Ribeiro (em representação da



Presidente da Junta de Freguesia de Ronfe) – PS, Miguel Fernando Ribeiro Bessa Moreira – PS; António Alberto da Costa Martins – PSD, Marta Filipa da Silva Gonçalves – PS; Nelson Cristina Gonçalves Ferreira – PS, Ricardo Jorge Carvalho de Castro – PS; Luís António da Silva Costa Abreu – PS, José Augusto da Costa Araújo – PSD; Tiago José Xavier da Silva – PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel da Silva Pais – PS, Diogo António Alves Costa – PSD, Flávio Romeu de Sousa Freitas – PS; João Carlos Silva Alves – PS, Rui Porfírio Lopes Silva – PSD, Carlos Manuel Abrunhosa Borges – PS, Francisco Ferreira Gonçalves – PS, Tiago João Matos Rodrigues – PSD, Daniel Filipe Macedo de Oliveira – PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS, Adolfo da Rocha Ferreira (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar) – PS e Carlos Alberto Peixoto de Sousa – PS.

Ausências inferiores a trinta dias: Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Clara Sofia Abreu Barros, Idálio Manuel Pereira de Oliveira, Alberto Manuel Gonçalves Mota, David José Gonçalves Faria, Alexandra Santos Gonçalves Ferreira, Sandra da Luz da Cunha Martins, Emídio Guerreiro, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, André Filipe de Castro e Sousa Casalta, Ana Sofia Rodrigues Teixeira, Célia Maria Abreu Magalhães, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro, João Martins da Cunha, Catarina de Freitas Marques, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, José Pereira da Silva, Carlos Alberto Alves Miranda Oliveira, Sérgio Alberto Castro Rocha, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro, Manuel Fernando Alves Cardoso, Vasco Manuel Azevedo Marques, Maria Adelaide Andrade Silva, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Vítor Duarte da Cunha Matos Pereira, Ana Margarida da Costa Teixeira, André Guimarães Coelho Lima e Hugo Maciel Tavares de Freitas. **Vereação:** Vânia

Dias da Silva e Ricardo José Machado Pereira Silva Araújo. -----

Faltaram os seguintes membros: Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Carlos Miguel Marques de Castro, José Pedro Ribeiro Salazar, Susana Manuela Marques Araújo, Daniel André de Sousa Rodrigues, João Paulo Serra Salazar, Maria Odete de Abreu Lemos, António José da Silva Ribeiro e Guilherme Paulo Ribeiro Abreu. -----

A **Câmara Municipal** esteve representada pelo Presidente da Câmara, Domingos Bragança Salgado, e pelos Vereadores, Adelina Paula Mendes Pinto, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Nelson José Guimarães Felgueiras, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Ana Maria Prego de Faria Berkeley Cotter, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Hugo Miguel Alves Ribeiro e Eduardo Miguel Teixeira Fernandes. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente da Mesa informou os membros presentes de que, para os atos eleitorais constantes do ponto 11, devem dirigir-se à mesa de voto que está instalada no átrio junto do auditório, cuja votação decorre até ao final da discussão do ponto 9 da Ordem do Dia, conforme acordado com os grupos municipais em reunião realizada com os seus representantes. Mais informou que, encerrada a votação, será solicitada a presença de um representante de cada grupo municipal para, conjuntamente com o secretariado, proceder à contagem dos votos, sendo posteriormente comunicado, em voz alta, os respetivos resultados. -----

----- **INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO** -----

1 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS - ENCARGO EM 2024 - COMPROMISSO PLURIANUAL. Submete-se, para conhecimento da Assembleia Municipal, a aquisição de serviços de transporte escolar de alunos – Encargo em 2024 – Compromisso plurianual,



da qual foi tomado conhecimento pelo Executivo Municipal, em sua reunião realizada em catorze de setembro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **2 - ATUALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO PREÇO CONTRATUAL - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES COM DURAÇÃO PLURIANUAL - EUREST PORTUGAL SOCIEDADE EUROPEIA DE RESTAURANTES LDA.** Submete-se, para conhecimento da Assembleia Municipal, a atualização extraordinária do preço contratual - Contrato de aquisição de serviços de fornecimento de refeições com duração plurianual - Eurest Portugal Sociedade Europeia de Restaurantes Lda., da qual foi tomado conhecimento pelo Executivo Municipal, em sua reunião realizada em vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **3 - AQUISIÇÃO DE BENS – VEÍCULOS ELÉTRICOS (CP 11-23) - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS/COMPROMISSOS PLURIANUAIS.** Submete-se, para conhecimento da Assembleia Municipal, a aquisição de Bens – Veículos Elétricos (CP 11-23) - Repartição de Encargos/Compromissos Plurianuais, da qual foi tomado conhecimento pelo Executivo Municipal, em sua reunião realizada em vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

PATRIMÓNIO -----

4 - COMODATO - MOINHOS DO VAQUEIRO - FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e na alínea j), nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a proposta designada por “Comodato -

Moinhos do Vaqueiro - Freguesia de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia catorze de setembro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

CULTURA-----

5 – SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO IMPACTA - INVESTIMENTO MUNICIPAL EM PROJETOS E ATIVIDADES CULTURAIS, TERRITORIAIS E ARTÍSTICAS -

ATIVIDADES A REALIZAR NO 2º SEMESTRE DE 2023 - ACEITAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE SUBSÍDIO ATRIBUÍDO À FREGUESIA DE

POLVOREIRA. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a

seguinte proposta: “Por deliberação tomada em 22 de junho último, a

Câmara Municipal atribuiu, no âmbito do IMPACTA, um conjunto de apoios

destinados a apoiar ações a realizar no 2º semestre de 2023. Nos termos do

Artigo 7º do Regulamento do IMPACTA, objeto do Edital nº 728/2021,

publicado em 28 de junho de 2021, no Diário da República, 2ª série, os

candidatos selecionados para atribuição de apoios financeiros foram

notificados para apresentarem, no prazo de 10 dias úteis, declaração de

aceitação do subsídio atribuído, mencionando o nº 2 do mesmo Artigo que a

não apresentação de tal declaração no prazo indicado determina a

revogação do apoio. Verificando-se a existência de declarações em falta nos

últimos dias antes do prazo limite, foram as respetivas entidades

beneficiárias alertadas para a necessidade de envio urgente da declaração.

Ainda assim, a declaração de aceitação do subsídio por parte da Freguesia de

Polvoreira foi rececionada fora do prazo, respeitando aquele subsídio, no

montante de €4.500,00, ao Jogo de Tabuleiro "Conhecer Polvoreira".

Considerando o interesse público subjacente à atribuição dos subsídios em

causa, proponho que, a título excecional, a Câmara Municipal delibere



submeter à aprovação da Assembleia Municipal a aceitação de tal declaração e a sua produção de efeitos nos termos do Regulamento do IMPACTA”. A proposta foi aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **6 – FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO 2023 - CORREÇÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Festas de Interesse Concelhio 2023 - Correção”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia dezassete de novembro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.-----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, os pontos 5 e 6, por unanimidade.-----

CONTRATOS PROGRAMA-----

7 – SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS FLEXÍVEL – VITRUS AMBIENTE, EM, S.A. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Contrato-Programa – Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros Flexível – VITRUS AMBIENTE EM S.A.”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia nove de novembro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

André Filipe Mendes de Castro Almeida, do Grupo Municipal do CH, começou por perguntar se o Presidente da Câmara se sentia tranquilo em avançar com a celebração deste contrato com a Vitrus Ambiente, mesmo quando o parecer emitido pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) menciona que a atividade revela um elevado grau de incerteza. Sobre o preçário contratualizado, levantou as seguintes questões: O que acontecerá se, entretanto, os preços de mercado alterarem, ou a empresa tiver de fazer mais quilómetros do que aquilo que está contratualizado?

Como é que a Câmara Municipal vai proceder? Como vão ser pagos estes valores? E caso se verifique o contrário, como vai ser devolvido esse valor? Depois, disse querer perceber o porquê de ser entregue à Vitrus Ambiente este serviço, tratando-se de uma empresa municipal que foi criada para exercer uma determinada atividade e que tem vindo a alargar, de forma inexplicável, o âmbito da sua ação no Município. Finalizou, perguntado como irá ser enquadrado este serviço com o serviço prestado pela Guimabus? -----

Manuel José Araújo Ribeiro, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “O ponto da ordem de trabalhos à qual o PSD se pronuncia diz respeito ao contrato-programa a celebrar entre o município e a Vitrus, empresa municipal, para a prestação de serviço de transporte a pedido flexível. Fica já declarado que o PSD entende que o serviço de transporte de passageiros a pedido, é um serviço público necessário e que é imprescindível ser implementado o mais depressa possível. Não fiquem dúvidas quanto a esse ponto. No entanto, a celebração do contrato-programa com a VITRUS, em coerência com o que temos declarado publicamente e nos órgãos representativos, merecem-nos apontamentos que podem ser vistos como análise crítica da situação em criação. O 1.º apontamento será a constatação que a escolha do operador é uma escolha política – o município, por intermédio do seu órgão executivo, manda na Vitrus e por isso decidiu optar pela Vitrus para a prestação de um serviço de transporte; quer isto dizer que a escolha política é pautada por razões que não têm a ver com a qualidade e preço do serviço público a ser prestado. E não tem a ver com o preço porque a opção pela Vitrus vai ficar mais cara ao município: a compensação a pagar ao operador, fica mais onerosa em € 81.446,85, aliás como emerge da instrução de todo o processo. 2.º apontamento - E se o preço é desprezível, como afirma o município, a qualidade do serviço é uma incógnita. A AMT conformou-se



com o argumento apresentado pelo município de que não existem estudos de procura para o serviço a criar, mas que o mesmo se destina tendencialmente a proporcionar os serviços mínimos previstos no regime jurídico do serviço público do transporte de passageiros e colmatar o défice de oferta no período noturno, fins de semana e feriados. E face a essa incerteza, a opção pela internalização era razoável. A incerteza da procura alia-se a incerteza da oferta. A VITRUS não tem qualquer experiência na oferta de transporte de passageiros; é uma atividade nova para si. Quem não adquiriu o saber fazer bem por via do aperfeiçoamento das operações, não garante, nem pode ostentar esse certificado, de qualidade de serviço. Seria menos arriscado, em termos de preço, qualidade da oferta, da complementaridade, ter concessionado a uma entidade privada, com experiência no ramo, a concessão deste tipo de transporte. 3.º apontamento - Pelo que poderemos dizer que o município está a incorrer em experimentalismos para o qual não deveria concorrer. São dinheiros públicos e serviço público que estão em causa. Por outro lado, e imediatamente, em termos consolidados, o município vai-se endividar pois vai fazer um investimento que de outra forma não faria num ramo em que, decididamente, não tem qualquer tipo de experiência. Portanto, a opção tomada para se prestar um serviço público de transporte a pedido flexível não é incontestável. 4.º apontamento - Mas a opção tomada não é inocente; é de um cariz político profundo. Destina-se, passe a expressão, a “engordar” uma empresa municipal, já ampliada no seu objeto social por força deste projeto, farta de transferência de receitas, e com um quadro de pessoal a caminho das três centenas, é caso para perguntar “*quo vadis VITRUS*”.-----

Hugo Francisco Monteiro Teixeira, do Grupo Municipal do PS, considerou que a concessão com a Guimabus resultou numa forte melhoria da rede de

transporte público rodoviária, principalmente das suas linhas, dos horários e da satisfação dos seus utilizadores. Acrescentou que os fatores de melhoria atrás referidos não implicam que os procedimentos sejam imutáveis e não estejam sujeitos a melhorias. Deste modo, tendo em vista colmatar as lacunas que, entretanto, foram identificadas, disse achar que a proposta de concessão para o serviço de transporte rodoviário de passageiros flexível responderá, precisamente, às necessidades identificadas pelo Executivo Municipal, e que responderão ao anseio premente da população em aceder a uma melhor, e efetiva, mobilidade por todo o território. Tendo presente a importância do transporte público nos territórios, disse que o Partido Socialista só poderá congratular-se com a proposta do Executivo Municipal, por acreditar que responde, precisamente, às dificuldades encontradas pelos cidadãos. Acrescentou que sendo uma medida inovadora e com alguma mudança, podendo ocorrer riscos que lhe são associados, o Executivo Municipal decidiu, e bem, que o serviço ficaria melhor entregue a uma estrutura municipal, tendo em conta a experiência do passado. Disse estar certo que todos defendem que o custo associado a esta medida, que se deve ter sempre em atenção, não é a maior das preocupações quando se trata de responder às necessidades das populações de Guimarães. Por último, referiu que o poder político existe para responder e agir em prol da comunidade, pelo que o Partido Socialista votará favoravelmente a proposta apresentada pelo Executivo Municipal. -----

Hugo Teixeira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Faria Ferreira e André Filipe Mendes de Castro Almeida. -----

Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, do Grupo Municipal da IL, usou da palavra levantando as seguintes questões: Porquê a Vitrus Ambiente a assegurar este serviço e quais as valências da própria empresa? Porque é que este serviço não foi incluído no contrato de concessão com a Guimabus



aquando da sua execução? Porque não foi aberto concurso público para a execução do serviço flexível? Tendo em conta que foi uma promessa da campanha das últimas eleições, porque demorou tanto tempo a ser implementado? -----

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que a Guimabus tem feito um bom trabalho no que toca ao transporte público e dá resposta ao que é necessário para a mobilidade dos cidadãos de Guimarães, recordando que sempre disse que a este transporte regular, especialmente nos locais onde a procura é muito escassa, teria de ser encontrada uma forma de responder a essa necessidade, sendo o transporte flexível uma das soluções encontradas. Anunciou que este projeto de transporte flexível foi sustentado pelo estudo realizado pelo Professor Álvaro Costa, especialista nacional na área da mobilidade e transportes. Referenciando que o processo foi aprovado pela Autoridade de Mobilidade e Transporte, disse considerar vantajoso que o serviço seja entregue à empresa municipal Vitrus, onde o Município de Guimarães detém 100% do seu capital social, sendo uma empresa que labora com eficiência, com a flexibilidade necessária para responder ao serviço público e com a qualidade e preço compatíveis. Acrescentou que a operadora, sendo uma empresa municipal, permite que a Câmara intervenha quando entender, o que não acontecia se fosse entregue a uma empresa privada. Sobre o tarifário a praticar, referiu que, sendo um contrato inovador e sem qualquer historial, baseado em estudos e cálculos, há, naturalmente, um grau de incerteza, mas caso haja necessidade de efetuar alterações, estas serão feitas cumprindo o respetivo contrato. -----

O Presidente da Câmara respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe de Castro Almeida e Manuel José Araújo Ribeiro.

Maria José Teixeira Martins, do Grupo Municipal do PS, não participou na

discussão e votação desta proposta por se considerar impedida. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por maioria, com **59 votos a favor** (22 eleitos do PS, 34 presidentes de junta do PS e 3 eleitos da CDU), **26 abstenções** (11 eleitos do PSD, 10 presidentes de junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP, 1 presidente de junta do CDS-PP e 1 eleito da IL) e **2 votos contra** (1 eleito do CH e 1 eleita do BE).-----

----- **DECLARAÇÕES DE VOTO**-----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, em nome do Grupo Municipal do BE, proferiu o seguinte: “O Bloco de Esquerda vota contra esta proposta porque consideramos que, de facto, a empresa Vitrus não tem, neste momento, não demonstra ter condições para fazer este tipo de serviço, não tendo experiência, tendo, até, no relatório que está mencionado na documentação alguns pontos desfavoráveis que lhes são apontados. Consideramos que, por esse motivo, não merece que receba o voto favorável da nossa parte. Ainda assim, agrada-nos o reconhecimento do Senhor Presidente, numa questão que tem sido várias levantada pelo BE, que o transporte público, assim como outros serviços, deviam ser da responsabilidade do Município, não tendo em vista o lucro, mas, na verdade, aquilo que se verifica através das empresas municipais é que, quando a coisa corre mal, há mais uma injeção de capital, ou a atribuição de um subsídio ou mais um reforço para o incumprimento de um serviço que não foi conseguido. E é nesta perspetiva, também, que as nossas dúvidas assentam”. -----

José Manuel Torcato Ribeiro, em nome do Grupo Municipal da CDU, proferiu o seguinte: “A CDU votou favoravelmente este ponto, por uma questão fundamental. Primeiro, pela grande necessidade que há em resolver o problema que ficou por resolver aquando da concessão dos transportes públicos a uma empresa privada, como a Guimabus. Portanto, ficou aqui um



espaço que não foi devidamente acautelado, e é curioso que, anteriormente, no processo de negociação com a Guimabus, houve aqui por parte de muitos deputados loas ao serviço privado e, hoje, ouvimos aqui deputados do Partido Socialista, e bem do nosso ponto de vista, a dizer que o serviço público corresponde melhor às necessidades das populações, por melhor preço e por mais eficiência, em muitas matérias. A CDU está completamente de acordo com isso, e por isso, o nosso vota favorável. Espero que a Câmara Municipal de Guimarães, nas decisões que correspondam às necessidades públicas dos seus cidadãos, mantenha o discurso que nós hoje ouvimos aqui por parte dos seus membros da Assembleia Municipal”.-----

Manuel José Araújo Ribeiro, em nome do Grupo Municipal do PSD, proferiu o seguinte: “O PSD absteve-se neste ponto por uma razão fundamental que vou explicar a seguir, mas, em primeiro lugar, tenho que reiterar que estamos de acordo que este serviço público seja implementado, vou acrescentar, o mais depressa possível, e já estamos atrasados 2 anos. Relembro que este processo se iniciou em 2021, mas como veio à tona da discussão, este contrato programa não prevê qualquer apoio social. O Senhor Presidente disse que a Câmara por ser pública e pela Vitrus ser empresa pública está sobre o seu domínio e consegue resolver este problema a todo o tempo, mas era no contrato que devia estar previsto, era no contrato que devia estar regulado, e é a esse contrato que nós nos abstivemos.”-----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS -----

8 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - DISPONIBILIZAÇÃO DA PLATAFORMA DE GESTÃO ESCOLAR INTEGRADA (CP 12-23) - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS/COMPROMISSOS PLURIANUAIS. Submete-se à apreciação e

votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Aquisição de Serviços - Disponibilização da Plataforma de Gestão Escolar Integrada (CP 12-23) - Repartição de Encargos/Compromissos Plurianuais”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e três de outubro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

HABITAÇÃO -----

9 – OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS NO ÂMBITO DO INVESTIMENTO RE-C02-I01 – PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO – AVISO DE PUBLICITAÇÃO Nº 01/C02-I01/2021 – COMPONENTE 02 – HABITAÇÃO – DECISÃO DE INTENÇÃO DE CONTRATAR. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Aquisição de Serviços - Disponibilização da Plataforma de Gestão Escolar Integrada (CP 12-23) - Repartição de Encargos/Compromissos Plurianuais”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia nove de novembro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Tiago Vieira Laranjeiro, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Era uma vez uma lebre. Essa lebre vangloriava-se da sua rapidez e, certo dia, troçando da tartaruga, desafiou-a para uma corrida. Cansada pelo assédio, a tartaruga aceitou. A lebre não perdeu tempo e partiu a correr. Voava pela floresta, com o seu belo e esguio movimento. A tartaruga, consciente da sua lerdeza, não deixou de fazer o que lhe competia, e com os seus passos lentos, mas firmes, prosseguiu. A lebre avançava, confiante, e a certa altura, tendo perdido a vista da tartaruga, decidiu parar e descansar... tanto descansou



que adormeceu. Acordou mais tarde, estremunhada, pelo reboliço que os outros animais da floresta faziam, ao ver a tartaruga aproximar-se da meta sem haver sinais da lebre. Já era tarde demais. A tartaruga venceu a corrida. Senhor Presidente, esta é uma fábula de Esopo, que todos conhecemos, e que por vezes até conto aos meus filhos pequenos, para lhes ensinar que o trabalho persistente vence os dotes naturais mal orientados. E vem a propósito deste ponto porque discutimos aquela que se espera que seja a última deliberação de um processo que começou lá longe. A cronologia é conhecida: Guimarães adere em maio de 2021 ao programa “Primeiro Direito”, no começo de 2022 a Câmara lança o primeiro procedimento concursal, em junho de 2022 a Câmara suspende procedimento. Em janeiro de 2023 Câmara lança novo procedimento, que torna a revogar, relançando em maio o procedimento que ora se delibera concluir. Tudo isto já foi aqui discutido à sociedade, com o meu colega de bancada André Casalta a brilhantemente escalpelizar os deslizes neste processo. Mas a Câmara insistiu: “Guimarães foi pioneira neste tipo de projetos, e à Câmara a fama e a fortuna, que os erros, se os houve, não foram seus”. Ora, postos perante os factos patentes nesta deliberação, há um problema óbvio que se levanta: a Câmara lançou concurso para adquirir 172 fogos, mas desses 172 só consegue adquirir 115. E, pesem embora todos os floreios estilísticos a que esta situação se presta - como, aliás, eu acabei de fazer aqui, com a evocação da fábula - não creio que haja má vontade da parte do Executivo. Mas, a verdade é que o Município falhou o seu propósito. E se, é verdade que “só falha quem tenta”, como muito bem disse a Sra. Vice-Presidente na última sessão, também é verdade que, neste caso em particular, não foi por falta de aviso: desde o início deste processo que o PSD criticou os moldes em que ele decorria, apresentando soluções e alternativas. Portanto, aqui não

foi falhar por tentar, foi falhar por teimar num erro. Senhor Presidente, a questão que se coloca, perante estes factos, é simples: como vê V.^a Ex.^a este problema? Das 172 habitações pretendidas, apenas se conseguem contratar 115. ⅔. Qual é a causa para o Município ter falhado no seu propósito e o que vai ser feito para o resolver?” -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Senhor Presidente, muito agrada ao Bloco de Esquerda que comecem a sair do plano abstrato das intenções as medidas há tanto prometidas para fazer face à emergência habitacional que em Guimarães, como na generalidade dos centros urbanos do país, temos sentido. Não podemos, no entanto, deixar de apontar algumas inquietações suscitadas pelos avanços da Estratégia Local de Habitação do município. Sabendo que o procedimento relativo aos dois lotes que corresponderão ao total de 111 habitações parece ter via verde para avançar, não deixamos de nos surpreender pelo facto de um terceiro concurso, previsto para construção de 61 fogos, não ter tido interessados. Gostaríamos que o Senhor Presidente esclarecesse a Assembleia relativamente ao que considera a Câmara sobre este desinteresse e que alterações serão previstas na já anunciada reabertura do concurso. Relativamente às 100 habitações previstas para a freguesia da Costa, o Senhor Presidente referiu que o terreno escolhido para a empreitada pertence à Direção Geral de Tesouro e Finanças e que a Câmara tem trabalhado numa eventual cedência via contrato de comodato. Questionamos o porquê desta solução. Não daria mais segurança ao município a aquisição definitiva do terreno, tendo em consideração o tipo de edificado que está planeado para o local e as profundas alterações ao terreno que serão necessárias? Em que termos está a ser proposto esse contrato, de forma a dissipar quaisquer dúvidas sobre o futuro usufruto do



terreno? Tendo em conta os valores associados às construções que irão avançar, continua o executivo a manter a sua intenção de praticar custos controlados nessas habitações? Que valor médio podemos prever para o seu arrendamento? Não podemos ainda concordar com a opção política em torno desta candidatura aos fundos europeus, não por isso, mas porque é assumida pela Câmara como decisiva para se avançar com a completa execução da Estratégia. Com o agudizar desta crise, o investimento em habitação a custos controlados deve ser uma prioridade para o poder local, para fazer face ao escalar de preços de mercado, que atiram a população para fora das cidades e que tornam os seus salários reféns da renda ou da prestação. Vai o executivo desistir deste projeto em caso de insucesso na candidatura? Assume que, nesse cenário, irão resignar-se e abster-se de intervir para dar soluções às e aos vimaranenses?” -----

Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, do Grupo Municipal do CDS-PP, referiu que a falta de habitação é um problema grave para Guimarães e, de facto, poderia dizer aquilo que todos dizem, que não se limita a Guimarães e se limita ao país. Porém, considerou que Guimarães há muito que sofre de falta de habitação e de uma habitação que, de facto, não seja extraordinariamente custosa para os seus habitantes. Recordou o estudo do Plano para o Desenvolvimento Social, que a Câmara Municipal elaborou, e que diz, taxativamente, que os jovens não têm condições económicas para poder adquirir uma casa em Guimarães. Acrescentou que a Estratégia Local de Habitação é fundamental, precisamente para as casas que se necessita com tanta urgência, nomeadamente para aquela população que vive em condições indignas, condições que não podem demorar, não podem estar à espera de procedimentos administrativos mal realizados e, eventualmente, mal calculados. Neste âmbito, perguntou: Por que é que, sistematicamente,

a Câmara Municipal não consegue calcular procedimentos que ficam continuamente desertos, uma questão que disse já ser comum em diferentes características, o que motiva preocupação? Será que a Câmara Municipal não conhece a dificuldade do custo de vida dos vimaranenses e vive noutro mundo que nós, cidadãos vimaranenses, o conhecemos? Prosseguiu, referindo a diferença com que agora se muda a estratégia da habitação, através de habitação para T1 e T2, nomeadamente para um aumento de divorciados e de migrantes, pelo que questionou, e sem qualquer tipo de xenofobia, se a prioridade é para os migrantes ou para os vimaranenses? Sobre a habitação para a classe média e restantes jovens perguntou, a propósito de que se continua, cada vez mais, a lançar edifícios com habitações novas, muitos delas próximos de zonas Património da Humanidade e extraordinariamente mais caras, quando é que as políticas do urbanismo se refletem no dia-a-dia do cidadão e de uma vez por todas se passa das intenções à realidade?-----

Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Um dos pilares fundamentais dos direitos económicos e sociais, a par da educação e da saúde, é o acesso a uma habitação condigna, tal como está bem plasmado na nossa Constituição. Este desígnio é partilhado pelas sociedades democráticas fundadas no reconhecimento de um estado social avançado. É imperativo reconhecer que enfrentamos desafios significativos neste domínio. Desafios que vão além das fronteiras de Portugal e que demandam uma abordagem coletiva e estratégica. Os entraves no acesso à habitação têm-se agudizado, fruto de múltiplos fatores decorrentes de uma conjuntura económica instável e por força das elevadas pressões inflacionistas e especulativas do mercado e, também, por fatores históricos, como um conjunto alargado de políticas de habitação que privilegiaram



modelos que estavam mais centrados na habitação como um produto e menos como um direito. Estes são elementos chave e que encontramos em investigações e estudos recentes, como o caso de João Seixas e Gonçalo Antunes. No entanto, foi com otimismo que observamos a transformação desencadeada pela legislação do 1.º direito, implementada pelo XXI governo constitucional e, concomitantemente, com a implementação das estratégias locais de habitação, como a de Guimarães. Alterou-se o paradigma que reforça o investimento na habitação pública bem como em novas políticas como o programa, como é o caso do “Mais Habitação”. Esta intervenção estratégica radica numa matriz social-democrata de aprofundamento das políticas sociais, que garante que ninguém fica para trás, e que, além da intervenção junto das margens populacionais mais fragilizadas, investe numa crescente coesão social. Por deliberação desta Assembleia Municipal, a 8 de maio de 2023, sob proposta do executivo camarário, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, foi aberto procedimento para aquisição de 172 fogos, a serem financiados pelo PRR. Neste âmbito, foram apresentadas duas propostas, correspondentes à construção de 111 habitações - 75 em Fermentões e 36 em Creixomil, sendo submetido, hoje, a esta AM a intenção de contratar, em conformidade com as exigências da candidatura ao PRR. Estas habitações correspondem a um investimento superior a 25 milhões de euros e tem a opção de compra de imóveis novos, porque permite, por um lado, não retirar imóveis do mercado e, por outro lado, aumentar o parque habitacional do Município. O procedimento concursal para o terceiro lote “ficou deserto...”, mas, como bem reafirmou o nosso presidente Domingos Bragança, será repetido” alargando o perímetro geográfico das zonas de construção, para construir as restantes habitações. Prevê-se um prazo de execução de 1 ano. Esta ação enquadra-se numa estratégia local mais

alargada de medidas e ações municipais para promover o acesso à habitação condigna, a saber: Aumentar o parque habitacional; valorizar as habitações municipais existentes; reabilitar o parque habitacional privado e dinamizar o mercado de arrendamento acessível, atribuição de subsídios municipais ao arrendamento (há muito implementados no Concelho de Guimarães), incentivos financeiros para realização de obras, com apoio técnico a candidaturas que diferentes cidadãos pretendam executar. A estratégia abrange, assim, diferentes frentes, sem esquecer o apoio e colaboração, também com a iniciativa privada, desde que seja garantida a oferta de habitação a custos controlados, e, naturalmente, a implementação de residências partilhadas, a criação de novas residências para estudantes, entre outras. O Presidente da Câmara Municipal de Guimarães destaca esta abordagem abrangente da Estratégia Local de Habitação, que não se limita à construção de habitações, mas que engloba, também, intervenções multidisciplinares. Trata-se de uma ação inacabada, exigente, que toma em consideração a evolução demográfica das comunidades, a evolução sociológica da família, nas suas diferentes configurações, tais como famílias menos numerosas e com diferentes necessidades. Ficamos hoje a saber, aqui, que temos, porventura, uma capacidade acrescida ao sermos comparados à lebre e ao. E ao sermos comparados à lebre, pretende o Partido Socialista fomentar as respostas existentes para a habitação, porque quer dar mais que um teto, dar mais de um teto é garantir a dignidade a cada cidadão e o respeito pela totalidade dos seus direitos. Mais do que casas, falamos de pessoas, mais do que um ato de responsabilidade, é a base para uma sociedade mais justa, e para construir uma comunidade mais inclusiva. E lembrando a fábula, eu lembro aqui a fábula do Escorpião e do Sapo, pediu boleia o sapo ao escorpião para passar o rio e jurou-lhe o escorpião que o levava ao lado de lá. Porém, a sua natureza impediu-o de



não picar o sapo, e picou e os dois se afundaram. Aqui eu ponho, também, o PSD - prefere morrer a ajudar em qualquer travessia a favor dos vimaranenses.”-----

Susana Gabriela Meireles Campos Nunes respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Tiago Vieira Laranjeiro. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** sobre as questões suscitados no âmbito do processo de aquisição de habitações, esclareceu que Câmara Municipal lançou 3 lotes a concurso com o preço de €1.650,00/m², dos quais 2 lotes tiveram concorrentes, que totalizam 111 habitações, sendo que o 3º lote ficou deserto. Acrescentou que o valor de €1.650/m² foi encontrado na base dos cálculos que possibilitam a candidatura às comparticipações financeiras inscritas no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no que toca à construção de habitações a preços controlados. Sobre a questão da falta de habitação, informou estar já a ser estudada a possibilidade de construir um loteamento, numa área excecional, na zona do Lugarinho, da Freguesia da Costa, para construção de mais 100 frações, mas que, neste caso em concreto, a Câmara Municipal elabora o projeto, lança a obra a concurso e constrói, candidatando-se, igualmente, ao financiamento do PRR. Reconheceu que ainda há muito caminho a percorrer, mas que as decisões devem ser tomadas tendo em conta o contexto atual. Recordou que a Estratégia Local de Habitação de Guimarães integra um conjunto de incentivos à habitação, não apenas a aquisição e construção, quer para o parque público, quer para a iniciativa privada, para corresponder aos preços controlados necessários às famílias que tem rendimentos moderados. Por fim, clarificou que, à medida que os licenciamentos entram em fase de construção, há um período de cerca de 3 a 5 anos até que os 4.000 a 6.000 fogos, como estão previstos para Guimarães, fiquem concluídos e que

colocarão o mercado a funcionar, pois com o aumento da oferta, satisfaz-se a procura e o preço ajusta-se (lei da oferta e da procura). -----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Tiago Vieira Laranjeiro, Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito e Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro.-----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

----- **DECLARAÇÕES DE VOTO**-----

José Manuel Torcato Ribeiro, em nome do Grupo Municipal da CDU, proferiu o seguinte: “A CDU votou favoravelmente este ponto porque entendemos, aliás como aqui foi dito pelo Senhor Presidente, Guimarães necessita de habitação digna para muitos dos seus habitantes. A habitação é hoje um problema que não é só de Guimarães, de facto existe por todo o país, e muitas das vezes não se quer analisar exatamente as causas desta grande dificuldade em ter uma habitação digna para todos, conforme estipula a nossa Constituição da República, mas tudo aquilo que possa ser feito no sentido de minorar a dificuldade que hoje muitas famílias têm em encontrar uma habitação digna, para nós merece aprovação e, daí, o nosso voto favorável”.-----

Tiago Vieira Laranjeiro, em nome do Grupo Municipal do PSD, proferiu o seguinte: “O PSD, com naturalidade, vota favoravelmente esta proposta, na medida em que ela corresponde a uma preocupação que também partilhamos, em absoluto. Registamos, também, a convergência e evolução nas propostas e nas ideias, face àquilo que foi a posição apresentada pelo PSD na reunião de Câmara, em março do presente ano, onde foram apresentadas as propostas de um programa de arrendamento acessível, do programa de incentivo à reabilitação urbana, do programa de apoio à habitação para jovens, do apoio extraordinário à prestação para habitação própria permanente e do programa de combate ao empobrecimento



energético. Na parte do programa de incentivo à reabilitação urbana o PSD propôs benefícios fiscais na aquisição ou reabilitação de prédios urbanos ou frações autónomas ou localizadas em ARU's. No programa de apoio extraordinário à prestação bancária, entretanto houve convergência com matéria do Governo. No programa de combate ao empobrecimento energético propusemo-nos a melhorar a qualidade do parque edificado existente. Com estas propostas, existe, aparentemente, uma convergência. Em março foram rejeitadas pela Câmara, hoje houve um sinal de convergência. Esperamos, e fazemos votos, de que essa convergência possa continuar a existir nos próximos meses para que, juntos, consigamos agir para fazer realidade, para trazer ao terreno as habitações que faltam aos vimeiraneses".-----

DESPORTO-----

10 - PEVIDÉM SPORT CLUBE - ÉPOCA DESPORTIVA 2022/2023 - OBRAS DE RAIZ - AMPLIAÇÃO DO OBJETO DO APOIO. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por "Aquisição de Serviços - Disponibilização da Plataforma de Gestão Escolar Integrada (CP 12-23) - Repartição de Encargos/Compromissos Plurianuais", aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de outubro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

André Filipe Mendes de Castro Almeida, do Grupo Municipal do CH, considerando que se trata de uma ampliação do objeto que é bastante acentuada, mais €150.000,00, disse querer saber se este aumento do apoio a conceder tem algo a ver com o parque que foi construído, provavelmente para outra finalidade, mas entregue ao Pevidém Sport Clube. Concluiu, dizendo reconhecer que o Pevidém Sport Clube é uma equipa que tem

obtido sucesso e que merece os aplausos de todos, mas dizendo querer saber quem ficará servido com este apoio acrescido da Câmara Municipal. --

O Presidente da Câmara Municipal explicou que a ampliação do objeto de apoio a atribuir ao Pevidém Sport Clube, a solicitação deste, abrange, como estava previsto, a substituição das luminárias do campo de jogos, a que acresce, com este aumento de valor, obras de requalificação e conservação das instalações, especialmente a colocação de relvado natural. Concluiu referindo que o Pevidém Sport Clube tem mérito desportivo, como lhe é reconhecido, e que representa uma importante Vila de Guimarães. -----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe Mendes de Castro Almeida. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por maioria, com **87 votos a favor** (23 eleitos do PS, 34 presidentes de junta do PS, 11 eleitos do PSD, 10 presidentes de junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP, 1 presidente de junta do CDS-PP, 3 eleitos da CDU, 1 eleita do BE e 1 eleito da IL) e **1 votos contra** (1 eleito do CH). -----

RECURSOS HUMANOS-----

11 – RECRUTAMENTO PARA CARGO DIRIGENTE – DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – DESIGNAÇÃO DE JÚRI E AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO – ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DE JÚRIS. Submete-se

à votação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto, as designações de Júris constantes da seguinte proposta, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia nove de novembro de dois mil e vinte e três: ---

“Ponderada a necessidade de assegurar o exercício funções de coordenação e direção do Departamento de Ambiente e Sustentabilidade, por cessação das funções do então dirigente, por aposentação, submete-se à aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com os artigos 11.º e 12.º da Lei n.º 49/2012, a



autorização de abertura de procedimento de recrutamento para o cargo de **Diretor do Departamento de Ambiente e Sustentabilidade**. Nos termos do disposto no artigo 13.º da mencionada Lei n.º 49/2012, a designação do júri de recrutamento é da competência da Assembleia Municipal, devendo ser composto por um presidente e dois vogais. De acordo com a mesma norma, o presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; os vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica. Deste modo, propõe-se que seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no referido artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, a seguinte composição do júri: **Presidente:** Paulo Jorge Sousa Cruz, Professor Catedrático da Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho. **Vogais efetivos:** Armindo José Ferreira Costa e Silva, Presidente do Conselho de Administração da Vimágua e Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos. **Vogais suplentes:** Anabela Gonçalves de Sousa Fernandes Moreira Lima, diretora do Departamento Financeiro e Vítor Manuel Gaspar Monteiro Lima Moreira, Diretor Municipal da Direção Geral Municipal da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Considerando que o dirigente cessante foi designado, por deliberações da Assembleia Municipal de 10/02/2023 e 30/06/2023, para integrar os júris dos procedimentos para recrutamento dos cargos de chefe da Divisão de Estrutura Verde e Biodiversidade, chefe da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, chefe da Divisão de Mobilidade, Departamento de Cultura, Economia e Inovação e Departamento de Desenvolvimento do Território,

propõe-se que seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, a sua substituição, passando os júris a ter a seguinte composição: **Departamento de Desenvolvimento do Território - Presidente:** António José Zamith Soares Rosas, diretor Municipal de Gestão do Território da Câmara Municipal de Braga. **Vogais efetivos:** Nuno Pedro da Silva Jesus Monteiro, diretor do Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Braga e Maria Francisca Pinto de Magalhães, Diretora do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Famalicão. **Vogais suplentes:** Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos e Anabela Gonçalves de Sousa Fernandes Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro. **Divisão de Estrutura Verde e Biodiversidade - Presidente:** Isabel Maria Pereira Leite Freitas Loureiro, Professora Auxiliar Convidada, da Universidade do Minho e Coordenadora da estrutura de Missão 2030 para o Desenvolvimento Sustentável do Território. **Vogais efetivos:** Anabela Gonçalves de Sousa Fernandes Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro e Dalila Graça Sepúlveda Mesquita Freitas, chefe da Divisão de Ambiente e Espaço Público. **Vogais suplentes:** Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos e Rui Miguel Lino de Castro, chefe da Divisão de Mobilidade. **Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território - Presidente:** Nuno Pedro da Silva Jesus Monteiro, diretor do Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Braga. **Vogais efetivos:** Maria Francisca Pinto de Magalhães, Diretora do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Famalicão e Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos. **Vogais suplentes:** Anabela Gonçalves de Sousa Fernandes Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro e Ricardo José Fernandes Rodrigues, chefe da Divisão de Património Mundial e Bens



Classificados. **Divisão de Mobilidade - Presidente:** António José Zamith Soares Rosas, diretor Municipal de Gestão do Território da Câmara Municipal de Braga. **Vogais efetivos:** Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos e Dalila da Graça Sepúlveda Mesquita Freitas, chefe da Divisão de Ambiente e Espaço Público. **Vogais suplentes:** Maria Fernanda Fernandes de Castro, chefe da Divisão de Empreitadas e Maria da Graça de Sousa Moura, chefe da Divisão de Auditoria e Qualidade. **Departamento de Cultura, Economia e Inovação - Presidente:** Isabel Maria Fernandes, diretora do Paço dos Duques de Bragança, Castelo de Guimarães, Igreja de S. Miguel do Castelo e Museu Alberto Sampaio. **Vogais efetivos:** Anabela Gonçalves de Sousa Fernandes Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro e Vítor Manuel Gaspar Monteiro Lima Moreira, Diretor Municipal da Direção Geral Municipal da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. **Vogais suplentes:** Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos e Maria Isilda Paredes de Castro Vilas Boas, diretora do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Braga". -----

-----**RESULTADOS DO ESCRUTÍNIO**-----

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE: -----

Presidente: Paulo Jorge Sousa Cruz, Professor Catedrático da Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho. **Vogais efetivos:** Armindo José Ferreira Costa e Silva, Presidente do Conselho de Administração da Vimágua e Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos. **Vogais suplentes:** Anabela Gonçalves de Sousa Fernandes Moreira Lima, diretora do Departamento Financeiro e Vítor Manuel Gaspar Monteiro Lima Moreira, Diretor Municipal da Direção Geral Municipal da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

**RESULTADO DA VOTAÇÃO: Inscritos: 97 Membros; Votantes: 88 Membros;
SIM = 77 votos; NÃO = 2 votos: Brancos = 9 votos; Nulos = 0 votos. -----**

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO:-----

Presidente: António José Zamith Soares Rosas, diretor Municipal de Gestão do Território da Câmara Municipal de Braga. **Vogais efetivos:** Nuno Pedro da Silva Jesus Monteiro, diretor do Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Braga e Maria Francisca Pinto de Magalhães, Diretora do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Famalicão. **Vogais suplentes:** Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos e Anabela Gonçalves de Sousa Fernandes Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro. -----

**RESULTADO DA VOTAÇÃO: Inscritos: 97 Membros; Votantes: 88 Membros;
SIM = 70 votos; NÃO = 8 votos: Brancos = 10 votos; Nulos = 0 votos. -----**

DIVISÃO DE ESTRUTURA VERDE E BIODIVERSIDADE: -----

Presidente: Isabel Maria Pereira Leite Freitas Loureiro, Professora Auxiliar Convidada, da Universidade do Minho e Coordenadora da estrutura de Missão 2030 para o Desenvolvimento Sustentável do Território. **Vogais efetivos:** Anabela Gonçalves de Sousa Fernandes Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro e Dalila Graça Sepúlveda Mesquita Freitas, chefe da Divisão de Ambiente e Espaço Público. **Vogais suplentes:** Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos e Rui Miguel Lino de Castro, chefe da Divisão de Mobilidade. -----

**RESULTADO DA VOTAÇÃO: Inscritos: 97 Membros; Votantes: 88 Membros;
SIM = 70 votos; NÃO = 8 votos: Brancos = 10 votos; Nulos = 0 votos. -----**

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: -----

Presidente: Nuno Pedro da Silva Jesus Monteiro, diretor do Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Braga. **Vogais efetivos:** Maria



Francisca Pinto de Magalhães, Diretora do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Famalicão e Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos. **Vogais suplentes:** Anabela Gonçalves de Sousa Fernandes Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro e Ricardo José Fernandes Rodrigues, chefe da Divisão de Património Mundial e Bens Classificados. -----

RESULTADO DA VOTAÇÃO: Inscritos: 97 Membros; Votantes: 88 Membros; SIM = 70 votos; NÃO = 8 votos; Brancos = 10 votos; Nulos = 0 votos. -----

DIVISÃO DE MOBILIDADE: -----

Presidente: António José Zamith Soares Rosas, diretor Municipal de Gestão do Território da Câmara Municipal de Braga. **Vogais efetivos:** Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos e Dalila da Graça Sepúlveda Mesquita Freitas, chefe da Divisão de Ambiente e Espaço Público. **Vogais suplentes:** Maria Fernanda Fernandes de Castro, chefe da Divisão de Empreitadas e Maria da Graça de Sousa Moura, chefe da Divisão de Auditoria e Qualidade.-----

RESULTADO DA VOTAÇÃO: Inscritos: 97 Membros; Votantes: 88 Membros; SIM = 70 votos; NÃO = 8 votos; Brancos = 10 votos; Nulos = 0 votos. -----

DEPARTAMENTO DE CULTURA, ECONOMIA E INOVAÇÃO: -----

Presidente: Isabel Maria Fernandes, diretora do Paço dos Duques de Bragança, Castelo de Guimarães, Igreja de S. Miguel do Castelo e Museu Alberto Sampaio. **Vogais efetivos:** Anabela Gonçalves de Sousa Fernandes Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro e Vítor Manuel Gaspar Monteiro Lima Moreira, Diretor Municipal da Direção Geral Municipal da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. **Vogais suplentes:** Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos

Humanos e Maria Isilda Paredes de Castro Vilas Boas, diretora do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Braga. -----

RESULTADO DA VOTAÇÃO: Inscritos: 97 Membros; Votantes: 88 Membros; SIM = 70 votos; NÃO = 8 votos; Brancos = 10 votos; Nulos = 0 votos. -----

URBANISMO -----

12 – CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO PARA INSTRUÇÃO NA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN) - PARQUE DE CAMPISMO – QUINTA DO OVELHEIRO – FREGUESIA DE S. TORCATO.

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Certidão de Reconhecimento de Interesse Público para instrução na Reserva Agrícola Nacional (RAN) - Parque de Campismo – Quinta do Ovelheiro – Freguesia de S. Torcato”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

José Manuel Torcato Ribeiro, do Grupo Municipal da CDU, lembrou que a CDU tem uma opinião bastante crítica sobre a alteração da categoria dos solos por entender que as classificações, geralmente, não ocorrem por acaso, mas para um determinado fim e que é resultado de um trabalho de muitos técnicos de várias áreas que avaliam o território para que este tenha um plano capaz de manter alguma harmonia, do ponto de vista, até, ambiental. Sobre a proposta de criação de um parque de campismo, cuja área pretendida corresponde a mais de metade da área do proponente, já como instância turística, disse nada ter a ver com a pretensão de quem deseja alargar o seu âmbito turístico, mas o facto de este terreno situar-se num vale semelhante à Veiga de Creixomil - enorme área verde - o que, na sua opinião, deveria ser devidamente avaliado e tratado com muito cuidado, pois qualquer pretensão de construção de edificado nessa zona merece, de



todos, uma grande reserva. Acrescentou tratar-se de um terreno agrícola, que inclui uma habitação, que foi recuperada, e que servia de apoio à agricultura dos campos circundantes. Pelo exposto, considerando que a CDU entende que deve ser salvaguardada a classificação do território agrícola daquela zona, informou que votará contra a alteração dessa classificação. -- A Vereadora **Ana Maria Prego de Faria Berkeley Cotter** esclareceu que a proposta não contempla qualquer alteração de classificação, pois o solo RAN permanece como tal. Acrescentou que neste projeto específico, o que fica urbano, por assim dizer, é a edificação, sendo uma questão excecional que tem a sua validação, tanto técnica, como política. Relativamente a questões de agricultura, disse acreditar tratar-se de uma atividade extremamente difícil de sobreviver por si só, até devido às alterações climáticas, pelo que é importante, muitas vezes, haver uma complementaridade. Terminou, referindo que este processo foi bastante ponderado, que levou à validação da integração paisagística, mas que teve em conta todos os valores aludidos por José Manuel Torcato Ribeiro. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a proposta apresentada, como outras que lhe são comuns, diz respeito a propriedades que têm a parte do edificado, normalmente rico do ponto de vista da arquitetura tradicional, que incluiu uma habitação e uma zona para a atividade agrícola. No caso em análise, informou que a atividade turística fica compreendida junto do edificado, o que permitirá manter uma estrutura técnica para a atividade agrícola e complementar com a atividade turística. Informou, por último, ter chegado à conclusão de que é melhor uma propriedade com este tipo de características e de atividades, desde que cumpra os valores ambientais e que não sofra qualquer alteração da sua classificação, do que uma propriedade ao abandono. -----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Torcato Ribeiro. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por maioria, com **82 votos a favor** (23 eleitos do PS, 34 presidentes de junta do PS, 11 eleitos do PSD, 10 presidentes de junta do PSD, 2 eleitos do CDS-PP, 1 presidente de junta do CDS-PP e 1 eleito da IL), **2 abstenções** (1 eleito da IL e Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito – CDS-PP) e **4 votos contra** (3 eleitos da CDU e 1 eleita do BE).-----

----- **DECLARAÇÕES DE VOTO** -----

Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, em nome do Grupo Municipal do IL, proferiu o seguinte: “A Iniciativa Liberal absteve-se porque não há nada na documentação que indique a necessidade de alteração de classificação dos solos. Para a finalidade pedida temos dúvidas que seja necessário alterar a classificação por se tratar de tendas de glamping que, por serem modulares a legislação permite a instalação das mesmas, disposto nas alíneas a), b) j) e m) do artigo 2º e do artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovada pelo Decreto-lei nº 555/99, de 16 de dezembro. Na nossa opinião, os documentos apresentados não indicam a necessidade de alteração, nem permitem perceber se as estruturas se enquadram nesta lei ou não.” -----

FREGUESIAS -----

13 – JUNTA DE FREGUESIA DE INFANTAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - RATIFICAÇÃO. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Junta de Freguesia de Infantas - Cedência de Autocarro - Ratificação”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **14 – FREGUESIA DE CALDELAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - RATIFICAÇÃO.**



Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Caldelas - Cedência de Autocarro - Ratificação”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **15 - FREGUESIA DE GUARDIZELA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Guardizela - Cedência de Autocarro”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia onze de outubro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **16 - ILUMINAÇÕES DE NATAL NAS VILAS EM 2023 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Iluminações de Natal nas Vilas em 2023 - Atribuição de Subsídios”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **17 – FREGUESIA DE PONTE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA PAGAMENTO DE CONSUMOS DE ÁGUA DO PARQUE INCLUSIVO (ZONA INDUSTRIAL DE PONTE).** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Ponte - Atribuição de subsídio para pagamento de consumos de água do parque inclusivo (zona industrial de Ponte)”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de outubro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **18 - FREGUESIA DE GUARDIZELA - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 17 DE ABRIL DE 2023.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Guardizela - Alteração da deliberação de 17 de

abril de 2023”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de outubro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **19 - FREGUESIA DE LONGOS - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 17 DE ABRIL DE 2023.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Longos - Alteração da deliberação de 17 de abril de 2023”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de outubro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **20 - FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA E SANDE SÃO CLEMENTE - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 17 DE ABRIL DE 2023.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Sande Vila Nova e Sande São Clemente - Alteração da deliberação de 17 de abril de 2023”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de outubro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **21 - FREGUESIA DE SERZEDO E CALVOS - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 17 DE ABRIL DE 2023.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Serzedo e Calvos - Alteração da deliberação de 17 de abril de 2023”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de outubro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “É frequente que o ponto Freguesias seja votado favoravelmente e por atacado por todos os membros desta Assembleia Municipal. Normalmente, dizem respeito a cedências de autocarros, verbas para aquisição de bandeiras,



subsídios vários e com vários fins, que podem não configurar uma verba avultada, mas que para os orçamentos das freguesias pode aliviar e permitir alocar essas mesmas verbas para outros fins, quem sabe até de emergência social. São pedidos concretos, e que de forma generalizada são bem acolhidos. Convém lembrar que, o Bloco de Esquerda inclui desde á muito tempo, nos seus programas eleitorais a criação de parques de lazer inclusivos, e felicitou a instalação deste, por iniciativa da Junta de Freguesia de ponte, instando a que mais parques com estas características fossem criados. Portanto, será uma desonestidade intelectual acusar o Bloco de ser contra a criação ou esforço de manutenção deste, ou de outros parques de lazer. Contudo, não podemos deixar de pensar que algo não bate certo. A Junta de Freguesia em causa, aquando da apresentação do Plano e Orçamento para o corrente ano certamente previu os gastos com a manutenção do dito parque. Se não o fez, falhou. Se o fez e algo de extraordinário sucedeu para que agora não esteja em condições de cumprir com esse compromisso, tinha a obrigação de o explicar e demonstrar, sustentando o pedido que discutimos e votamos. Votaríamos no mesmo sentido. O seu fim, é socialmente necessário. Mas com certeza que o faríamos, todos, mais cientes das suas motivações.” -----

André Faria Ferreira, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “2.100€ para um ano, volto a repetir, 2.100 euros para um ano. Este é o valor que a Junta de Freguesia de Ponte pediu à Câmara Municipal de Guimarães para pagar a conta da água. Caros Presidentes de Junta, eu acredito que devem estar agora a tentar lembrar-se de quanto gastam em água em cada uma das infraestruturas das suas freguesias. Alguns devem estar agora a rir-se interiormente pelo valor insignificante, outros devem estar a pensar, como é

possível um parque de lazer inclusivo ter um gasto de 175€ de água por mês. Outros ainda deverão estar a perguntar-se porque Ponte e não a minha freguesia? O que diferencia Ponte das demais freguesias? Gostaria, hoje, de ver o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ponte nesta Assembleia a esclarecer este gasto e esta necessidade. Numa cidade que foi candidata a capital verde e que fez da gestão da água, uma das bandeiras, apenas demonstra que são muito grandes a distância entre as apresentações de excelência e a realidade pura e dura das opções políticas por critérios incompreensíveis à luz dos interesses da autarquia. 175€ de água por mês é o mesmo que manter pelo menos 4 casas com uma família de 4 pessoas, ou seja, falamos de 4 famílias num total de 16 pessoas, é fácil é só fazer as contas. Não é 6x3, mas 4x4! Neste parque de lazer temos 16 pessoas por dia a tomar banho? Esta foi a minha questão, então fui averiguar. No local não verifiquei nenhum chuveiro, também não encontrei nenhuma torneira. Então onde é gasta a água? A minha conclusão é que é na rega automática. A minha preocupação não são os 2.100€, a minha preocupação é o desperdício de água que acontece. E tem chovido tanto nas últimas semanas, será que a rega também está ligada no inverno? Mas é certo, já existe um desperdício de água de 30% que nem sequer é faturado e que se o fosse poderia permitir reduzir a fatura paga pelos vimaranenses. Este desperdício em Ponte só mostra como é a forma de gerir do Partido Socialista os nossos recursos naturais. Começando pelo Sr. Presidente da Junta de Ponte, como é possível ter um desperdício de água assim? Está tão preocupado com as questões ambientais na Vitrus e na junta de freguesia, afinal não quer saber? Pois, já sei, está mais preocupado em acabar com o Laboratório da Paisagem começando a fazer o que eles já fazem na Vitrus e não tem tempo para gerir a freguesia. Gostaria imenso de poder confrontar diretamente o Senhor Presidente de Junta e o Senhor Presidente da Vitrus,



mas, mais uma vez, está ausente, num profundo e sucessivo desrespeito para com esta Assembleia. Não sei se todos sabem, mas a junta de freguesia de ponte tem um orçamento de aproximadamente 400 mil euros por ano, será que não chegam para pagar 2.100€? Tal como fazem outras freguesias, bem mais pequenas e com bem menos recursos. Não me conformo com esta forma de gerir o dinheiro de todos nós, isto não é cuidar das contas como o Presidente da Câmara às vezes refere, é preciso cuidar das contas. Isto não é cuidar, é totalmente o contrário, e não podemos estar contentes com isso. Não estamos contentes com esta forma de gestão dos recursos financeiros. Não estamos contentes com a forma como se gere a água. Não estamos contentes com o privilégio que uma junta tem face às demais”. -----

Paulo Miguel Lima Peixoto, do Grupo Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Somos chamados a votar a atribuição de um subsídio para pagamento de consumos de água do parque inclusivo de ponte devido aos custos elevados que o mesmo acarreta. Levantam-se algumas questões: Desde logo, são referidas a importância e a especificidade do parque inclusivo, como se o facto de o parque ter essas características fosse a razão para o elevado consumo de água. Percebe-se nitidamente a necessidade de encontrar um bode expiatório para sustentar tal atribuição. Outra questão que urge esclarecer é o precedente que se levanta com esta atribuição. O que fará o executivo se agora as outras 47 freguesias vieram pedir apoio para comparticipação dos custos com água nos seus parques? E já agora...e se isso acontecer com cada um dos cerca de 160.000 habitantes do concelho que resposta dará o executivo? Portanto, é fundamental perceber em que critérios se suportou o executivo para atribuição deste subsídio e é esta a pergunta que deixamos ao Senhor Presidente da Câmara “.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** disse que o Presidente da Junta de Freguesia de Ponte, quando ouvir as intervenções acerca do subsídio a atribuir à freguesia a que preside, irá ficar satisfeito, pois só reforça a sua posição eleitoral na freguesia, que o elegeu com cerca de 80% de votos. Tendo este apoio para o parque inclusivo de Ponte gerado tanta discussão, perguntou que diriam se o Município investisse em Ponte o que investe noutras vilas do Concelho? Esclareceu, de seguida, que a Câmara Municipal apoia todas as juntas de freguesia nos parques de lazer em que lhes delegou a responsabilidade de gestão, incluindo a comparticipação nos respetivos custos, nomeadamente com a água. Considerou que a população da Freguesia de Ponte percebe que o seu Presidente merece toda a confiança que lhe depositou, pois trabalha os grandes e os pequenos investimentos, percebeu que um parque inclusivo era necessário e cuja manutenção tem de ser realizada, colocou a possibilidade de a Junta de Freguesia ser apoiada pelo Município quanto ao valor do respetivo consumo de água, que a Câmara Municipal atendeu. Concluiu, referindo que todos os Presidentes de Junta o conhecem e sabem o apoio que lhes tem sido concedido, mediante as características de cada uma das freguesias.-----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Paulo Miguel Lima Peixoto, André Faria Ferreira e Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, os pontos 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20 e 21, por unanimidade.-----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, o ponto 17, por maioria, com **56 votos a favor** (23 eleitos do PS, 33 presidentes de junta do PS) e 1 eleito da IL), **3 abstenções** (3 eleitos da CDU) e **28 votos contra** (11 eleitos do PSD, 10 presidentes de junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP, 1 presidente de junta do CDS-PP, 1 eleito do CH, 1 eleita do BE, 1 eleito da IL e 1 Presidente de Junta



do PS - António Brás Mendes Pereira). -----

----- **DECLARAÇÕES DE VOTO** -----

José Manuel Torcato Ribeiro, em nome do Grupo Municipal da CDU, proferiu o seguinte: “A CDU absteve-se nesta votação porque entendemos que o que está qui em causa é a necessidade de água num determinado espaço público, num parque inclusivo, e, naturalmente, não nos é indiferente essa questão. Mas não deixamos, e podíamos votar favoravelmente se fosse só este o contexto, mas nós percebemos perfeitamente que a excecionalidade que muitas das vezes ouvimos, também se estende para ali da zona de Ponte, e essa excecionalidade também permite fazer contratos ou permitir acesso, digamos, a financiamentos que não é, neste momento, generalizado a todas as outras freguesias, como aliás foi bem provado aqui. Daí, as nossas reservas e a nossa abstenção.” -----

Paulo Miguel Lima Peixoto, em nome do Grupo Municipal do CDS-PP, proferiu o seguinte: “Os pontos que nos suscitaram dúvidas, não tiveram os esclarecimentos suficientes do nosso ponto de vista, designadamente ao nível dos critérios utilizados. Ao contrário do que foi a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, o que está em causa não é o valor em si, do ponto de vista absoluto, mas sim o princípio e o precedente que levanta.” ---

César Nuno da Costa Teixeira, em nome do Grupo Municipal do PSD, proferiu o seguinte: “Vínhamos para esta Assembleia com algum espírito de abertura, relativamente a este ponto, para definirmos o nosso sentido de voto em relação a esta matéria. E volto a citar, em termos práticos, aquilo que está aqui e que é submetido votação – pagamento de consumos de água do parque inclusivo de Ponte – e é isto que se está a votar. A pergunta muito concreta foi: Para que é o consumo de água, qual o objetivo de a

Câmara Municipal suportar este custo, ao contrário daquilo que faz com outras juntas de freguesia? Nós procuramos, em relação a esta pergunta, obter respostas concretas e o que é um facto é que a esta pergunta o único facto que obtivemos não é concreto, é uma opinião. E qual e? É a qualidade do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ponte. Este foi o critério que presidiu a esta excecionalidade para a Junta de Freguesia de Ponte, como se todos os outros presidentes de junta não tivessem competências para exercer as suas funções.”-----

----- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** -----

Nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia **DELIBEROU**, por maioria, **APROVAR** a ata em minuta, com 1 abstenção (Ana Paula Cardoso Lemos Damião, do Grupo Municipal do PSD). -----

Pelas vinte e três horas e cinquenta minutos, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e deu por **ENCERRADA A SESSÃO**. -----

Para os efeitos consignados no número 2, do artigo 57º, da referida Lei n.º 75/2013, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. -